

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.035 - MG (2019/0223169-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : LIRIS LEAL DA SILVA  
**ADVOGADO** : REINALDO RAIMUNDO DA SILVA - MG117925  
**RECORRIDO** : COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA  
**ADVOGADOS** : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202  
RAPHAEL AUGUSTO SIQUEIRA DE ANDRADE - MG117088  
MARCO TULIO PINTO DIAS - MG109139  
IVAN LOPES DOS SANTOS - MG171448

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do TJMG, o qual recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 155):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS DE DEVEDOR - CITAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. Não deve ser decretada a nulidade do processo em razão da ausência de prejuízo, nos termos do artigo 249, § 1º, do Código de Processo Civil (pas de nullité sans griet).

V.V. A citação por edital é medida excepcional e deve ser utilizada apenas em situações previstas em lei e desde que preenchidos seus requisitos. A citação por edital só se justifica depois de realizadas, sem sucesso, as diligências mínimas e razoáveis na tentativa de localização do endereço do executado, diante de seu caráter excepcional.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 186/190).

Nas razões do especial (e-STJ fls. 193/200), fundamentado pelo art. 105, III, "a", da CF, a recorrente alega ofensa aos arts. 231 e 232 do CPC/1973 e 256 e 257 do CPC/2015, sustentando, em síntese, a nulidade da citação por edital.

Contrarrazões apresentadas pela recorrida (e-STJ fls. 204/219).

É o relatório.

Decido.

Extraem-se as seguintes razões de decidir do aresto impugnado (e-STJ fls. 158/159):

No contexto dos autos, em que o representante legal da executada, que é também marido da executada, alega desconhecer o endereço da própria esposa, não há qualquer irregularidade no ato citatório. Sobreleva, aqui, que houve tentativa de citação da executada, Liris, no endereço informado como o da residência dela e, em razão de não ter sido concretizada, ensejou a citação por edital.

Mesmo que se cogitasse o não esgotamento de outras formas de localização do endereço, inexistente qualquer prejuízo processual para a executada. Ainda que o Curador Especial tenha apresentado embargos de devedor fundados unicamente na nulidade da citação editalícia, fato é que a executada é esposa de Modestino, representante legal da empresa executada e também executado, não sendo crível, portanto, que a co-executada Liris não tenha ciência do ajuizamento da demanda, até mesmo porque, em momento algum Modestino declarou ter se separado ou divorciado dela.

A insurgência recursal não pode ser sustentada apenas com base nos arts. 231

# *Superior Tribunal de Justiça*

e 232 do CPC/1973 e 256 e 257 do CPC/2015. No caso, o Tribunal de origem reconheceu a inexistência de prejuízo processual. Incidente, portanto, a Súmula n. 284/STF por deficiência na fundamentação recursal.

Além do mais, para reconhecer a existência de prejuízo processual, seria imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável em recurso especial, haja vista o teor da Súmula n. 7 do STJ.

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator